



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

03/12/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

STF valida marco legal do saneamento que abre setor para privatizações

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira (2) validar o novo marco legal do saneamento, que facilita a implementação de privatizações no setor.

O placar foi 7 a 3. Os ministros Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques votaram para manter a legislação aprovada pelo Congresso em 2020.

Os ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, por sua vez, divergiram parcialmente e defenderam a manutenção da regra anterior à lei que permitia que estados e municípios fizessem os chamados contratos de programa.

O instrumento autorizava que prefeituras contratassem o serviço de água e esgoto de empresas estatais sem a necessidade de processo licitatório.

Como eles ficaram vencidos, a corte validou a regra prevista na lei que determina que os municípios só podem contratar esse tipo de serviço via licitação. Com isso, defensores da proposta no Congresso e também no governo afirmam que haverá uma injeção de dinheiro da iniciativa privada no setor que permitirá a ampliação dos serviços.

Fux enalteceu a ideia de vetar a possibilidade de municípios contratarem o serviço de estatais sem realização de licitação.

"A exclusão do contrato de programa representa uma afetação proporcional à autonomia negocial dos municípios, em prol da realização de objetivos setoriais igualmente legítimos. Essa proibição ocorre *pari passu* [em igual passo] à opção legislativa pela delegação sob o modelo de concessão."

Saiba mais em: *Folha de São Paulo*, sexta-feira 03 de dezembro.

Senado aprova PEC dos Precatórios em dois turnos; texto volta para a Câmara

Por 61 votos a 10, o plenário do Senado Federal aprovou a PEC dos Precatórios em segundo turno. A análise e votação da proposta teve início às 10h desta quinta-feira. Mais cedo, a proposta foi aprovada em primeiro turno pelos senadores por 64 votos favoráveis e 13 contra.

Para garantir a aprovação, o líder do governo abriu mão de alguns pontos da proposta. Entre as principais alterações no novo parecer está a vinculação de todo espaço fiscal aberto com o "subteto" para o pagamento de precatórios ao Auxílio Brasil e à Seguridade Social.

Com as alterações, o texto deverá voltar para a análise dos deputados na Câmara, onde os parlamentares também estudam a possibilidade de promulgar separadamente apenas os pontos consensuais entre as duas Casas.

Saiba mais em: *CNTI*, sexta-feira 03 de dezembro.

Deputado pede suspensão de decreto de minirreforma trabalhista

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) apresentou projeto (PDL 1074/21) para suspender o decreto 10.854/21, pelo qual Bolsonaro faz uma minirreforma trabalhista. Segundo avaliação das centrais sindicais e do parlamentar, o decreto prejudica trabalhadores a pretexto de simplificar regras.

Segundo o parlamentar, o decreto acaba com incentivos fiscais para as empresas e coloca em risco o vale refeição e o vale alimentação de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, altera regras, em prejuízo dos empregados, sobre descontos por faltas não justificadas e de aviso prévio.

"Além de ser um duro golpe do governo em quem trabalha, a norma é flagrantemente ilegal, pois não se pode alterar leis através de decretos", diz Orlando.

Saiba mais em: *CNTI*, sexta-feira 03 de dezembro.

Alimentos têm maiores preços desde 1975, segundo FAO

Os preços mundiais dos alimentos voltaram a subir no mês passado, superando em 1,2% o patamar médio de outubro. Com isso, a alta acumulada em 12 meses é de 27,3%.

Os dados são do Índice de Preços de Alimentos da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).

As seguidas elevações fazem o ano de 2021 registrar os maiores preços dos alimentos, em termos reais, desde 1975, tomando-se como base esse indicador da FAO.

Dois itens têm boa parte de responsabilidade em 2021: óleos vegetais e açúcar. No primeiro caso, a alta acumulada em 12 meses é de 51,4%. Demanda mundial maior e oferta menor na América do Sul e na Ásia impulsionaram os preços.

Já o açúcar, devido à quebra de safra no Brasil e ao déficit mundial, ficou 38% mais caro nos últimos 12 meses. A FAO registrou, ainda, um aumento acumulado de 23% nos cereais, de 18% nas carnes e de 19% no setor de laticínios.

Esses aumentos aos consumidores são reflexos dos preços no campo. Segundo o Amis (Agricultural Market Information System), a evolução média mundial das principais commodities (trigo, arroz, milho e soja) é de 16,2% nos últimos 12 meses. O destaque é o trigo, que ficou 43% mais caro no período.

Essa pressão, no entanto, começa a diminuir. Os preços de alguns alimentos pararam de subir, embora ainda estejam em patamares elevados. Em novembro, os alimentos recuaram 0,15%, primeira queda mensal desde fevereiro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 03 de dezembro.

CCEE vai propor mudanças na formação de preços de energia até junho de 2022

A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) prevê apresentar, na primeira metade de 2022, propostas de mudanças na formação dos preços de energia elétrica no mercado de curto prazo, o PLD, com o objetivo de começar a corrigir distorções observadas entre os preços e a realidade da operação do sistema elétrico.

A ideia é que esse conjunto de medidas seja debatido no âmbito da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (Cpamp) e em consulta pública até 31 de julho, para que possa entrar em vigor a partir de 2023.

Segundo o presidente do conselho da CCEE, Rui Altieri, as medidas em estudo são de curto prazo e não vão resolver totalmente o problema do PLD.

Mesmo durante a crise hídrica, o preço da energia chegou a operar em níveis relativamente baixos no mercado de curto prazo, elevando a conta de encargos aos consumidores.

Segundo ele, a atualização do volume mínimo operativo dos reservatórios nos modelos computacionais tenderá a elevar a aversão a risco e, por consequência, o PLD.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 03 de dezembro.

Bolsonaro assina decretos que regulamentam Auxílio-Gás e Alimenta Brasil

O presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou nesta quinta-feira (2), em solenidade no Palácio do Planalto, decretos que regulamentam dois novos programas do governo federal: o Auxílio-Gás e o Alimenta Brasil.

O primeiro vai subsidiar a compra de botijões por famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Os beneficiários receberão, a cada bimestre, o valor correspondente a uma parcela de, no mínimo, 50% da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg do gás de cozinha.

De acordo com a lei do programa, o auxílio será concedido preferencialmente às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica que estejam sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência.

Já o Alimenta Brasil regulamenta a compra de alimentos de produtores rurais familiares, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e outras populações tradicionais.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 03 de dezembro.